



Televisão e Política: uma história dos canais e redes de TV no Paraná (1954-1985)

Londrina: Eduel, 2015. 333 p.
Osmani Ferreira da Costa

Fábio Alves Silveira¹

A aproximação entre História e Jornalismo, defendida por historiadores como o francês Jean-Noël Jaennaney e o brasileiro Áureo Busetto, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), tem rendido bons frutos para as duas áreas de conhecimento. Para os historiadores, porque esses estudos têm possibilitado a exploração de novos objetos, como a mídia, até então vista como fonte de pesquisa. Para os jornalistas, por proporcionar um estudo mais aprofundado e melhor contextualizado sobre os meios de comunicação de massa e sobre como o meio político social em que eles estão inseridos interfere na produção jornalística. O resultado dessa aproximação pode ser conferido em trabalhos como o livro *Televisão e Política: uma história dos canais e redes de TV no Paraná (1954-1985)*, de Osmani Ferreira da Costa, do Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). O livro é a adaptação da tese de doutorado do jornalista Osmani Costa, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Unesp/Assis, lançado pela Editora da Universidade Estadual de Londrina (Eduel), no segundo semestre de 2015.

Os historiadores se habituaram a ver a mídia como fonte para as suas pesquisas, mas a busca de novos objetos, empreendida pelos estudiosos que assumiram a tarefa de renovar a História Política, levou-os a encarar os meios de comunicação também como objeto de estudo². No entanto, não são poucas as dificuldades, como enumeram Jaennaney e Busetto. A principal é consequência do desequilí-

brio entre a fartura de materiais publicados e a escassez de documentos que ajudem a entender decisões editoriais que fundamentaram essas publicações. O problema acontece no caso dos jornais impressos, mas é agravado quando se tenta investigar as mídias eletrônicas, como no caso da televisão. Há uma grande contradição entre a transparência que a mídia cobra de governos e instituições que participam do debate público e a opacidade que envolve questões como o financiamento da mídia, o jogo de poder interno dentro do meio jornalístico, o relacionamento entre a mídia e o poder político e econômico e os demais fatores que influenciam nas decisões editoriais.

Busetto questiona o fato de que no Brasil a história da mídia tem sido tratada predominantemente em estudos de comunicação. E, na visão dele, com uma série de limitações. Uma delas é que os estudos sobre a mídia usam o contexto histórico apenas como pano de fundo, panorama histórico, ou seja, deixam de lado as relações entre os veículos de comunicação e as outras esferas sociais³. A História pode, ao contrário, contribuir para o aprofundamento dos estudos sobre a mídia e o jornalismo, compreendendo as tensões sociais e políticas na relação entre a mídia e o poder político e econômico, possibilitando uma melhor compreensão dos produtos midiáticos e do próprio jornalismo, que têm centralidade no mundo contemporâneo.

É dentro desse contexto de aproximação entre História e Jornalismo que se situa o trabalho de Costa, que ao longo do seu livro mostra as articulações e disputas políticas em torno das concessões das emissoras de radiodifusão de sons e imagens no estado do Paraná. O autor traz contribuições para os dois campos. O recorte histórico adotado, que corresponde à implantação da televisão no estado, começa no ano em que Getúlio Vargas encerrou uma crise político-militar e o seu mandato com um tiro no próprio peito⁴, passando pelos governos Juscelino Kubistcheck, Jânio Quadros, João Goulart e os generais que comandaram a ditadura militar, de Castello Branco a Figueiredo. Este recorte inclui desde as primeiras experiências televisivas no estado, em 1954⁵, até a última concessão feita pelo regime militar, em 1985, quando entrou no ar a TV Naipi, em Foz do Iguaçu, concedida ao empresário e ex-governador Paulo Pimentel ainda no governo do general Figueiredo⁶. Esse foi o período da instalação e estruturação das emissoras e redes de televisão no Paraná. Uma das constatações de Costa é de que esse processo contou com a intermediação política direta do governo do Estado – das 12 concessões de televisão feitas no período estudado, apenas duas não tiveram o apoio claro do governador do Paraná⁷. Dentre as dez que o tiveram, duas foram apoiadas pelos ocupantes do Palácio Iguaçu indiretamente e em oito houve intermediação direta e decisiva do governo estadual para que as concessões fossem obtidas junto ao governo federal.

O autor constata que essa é uma característica específica, que diferencia a implantação das redes de televisão no Paraná, do que aconteceu em outros estados brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Conforme Costa, nos outros estados, a negociação entre empresários e governo para a concessão das emissoras contou, no máximo com a participação de senadores ou deputados, mas nunca com a intermediação direta do governo estadual.

Segundo Costa, uma característica tradicional dos governos paranaenses viabilizou a capacidade do Palácio Iguazu para intermediar as concessões de canais de televisão: o adesismo em relação ao governo central, instalado no Palácio do Catete até 1960 e no Palácio do Planalto depois da inauguração de Brasília. Essa proximidade garantiu aos governadores paranaenses um papel importante para intervir em benefício dos empresários e grupos empresariais que eram seus aliados e que, por consequência, apoiavam também o governo federal.

Esse modelo, que já vinha antes do golpe civil-militar de 1964, foi aperfeiçoado pelos governos militares, fase em que foram feitas nove das doze concessões do período estudado. Esse formato garantiu que as emissoras de televisão estivessem sob o controle de aliados políticos da ditadura militar. Os grupos empresariais beneficiados já possuíam emissoras de rádio ou jornais impressos alinhados ao Palácio Iguazu e apoiavam, com os seus meios de comunicação os governadores do Estado. Por consequência, também apoiavam o regime militar. A concentração de poder que marcou os governos militares contribuiu para esse formato de concessões, já que a decisão passava diretamente pela presidência da República, facilitando esse tipo de articulação política.

Outra constatação de Costa é que nenhum presidente da República concedeu mais de um canal de televisão ao mesmo grupo, o que indica que os governos militares não atuaram na tentativa de beneficiar um grupo determinado, mas com o objetivo de beneficiar os seus aliados de forma geral. Nenhuma das concessões foi dada a empresários ou políticos que fossem integrantes da oposição, mesmo da oposição consentida ao regime, que foi marcado pela supressão e extermínio de grupos políticos que faziam oposição à esquerda. Interessante notar que, mesmo quem, em algum momento, entrou em conflito com os caciques políticos estaduais ainda assim conseguiu ganhar uma concessão dos governos militares. É o caso do empresário e ex-governador Paulo Pimentel, que rompeu com o Palácio Iguazu, mas não com Brasília e, no apagar das luzes dos governos militares, conseguiu a concessão de uma emissora em Foz do Iguazu, região estratégica por estar na fronteira com o Paraguai e a Argentina. Foi o prêmio pelo fato de o empresário não ter rompido com o regime.

Para pesquisar a implantação das emissoras e posteriormente das redes de televisão no Paraná – três redes regionais de televisão operavam no estado

em meados da década de 1980 –, o autor analisou uma vasta documentação, entrevistou personagens envolvidos nesse processo e pesquisou os três principais jornais paranaenses do período: a *Gazeta do Povo* e o *Estado do Paraná*, ambos de Curitiba, além da *Folha de Londrina*. Constatou que ao longo dessas três décadas, os jornais raramente noticiaram os bastidores e as articulações políticas por trás da batalha pelas concessões. Na maioria das vezes em que isso foi feito, o objetivo era defender os interesses do próprio grupo empresarial a que pertenciam os jornais e que estavam na disputa pelos canais de televisão.

O livro de Osmani Costa lança luz sobre articulações de bastidores que, embora não sejam expostas ao público, são decisivas para compreender decisões editoriais que definem os conteúdos que os meios de comunicação apresentam aos seus leitores, ouvintes ou telespectadores. Voltando a Jeanneney, um dos referenciais teóricos de Costa, o professor francês orienta os pesquisadores que optam por estudar os meios de comunicação a compreender a influência do Poder Público e dos grupos de pressão sobre a mídia. Ao cumprir essa tarefa com sucesso, essa obra contribui não só para a historiografia da televisão brasileira, mas também para os estudos do jornalismo. Afinal, compreender as relações de poder e as relações da imprensa com o poder político e econômico é essencial para compreender o jornalismo em qualquer tempo.

NOTAS

1. Jornalista, professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e doutorando em Comunicação pela Unesp/Bauru. Contato: fapoars@hotmail.com
2. O historiador francês Jean-Noël Jeanneney ressalta que é importante tomar a mídia como objeto de estudo da história política pelo fato dela produzir a representação que uma sociedade faz de si mesma. JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. 2. 3e. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 213.
3. Busetto, Áureo. A mídia brasileira como objeto da história política: perspectivas teóricas e fontes. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti ET alii (Org.). *Dimensões da política na historiografia*. Campinas: Pontes, 2008, p. 11.
4. Depois do suicídio de Vargas, o país foi presidido por Café Filho, de 24 de agosto a 11 de novembro de 1955; Carlos Luz, de 8 a 11 de novembro de 1955, e, por fim, Nereu Ramos, de 11 de novembro de 1955 a 31 de janeiro de 1956.
5. A primeira transmissão experimental de televisão no Paraná ocorreu no dia 17 de julho, em Curitiba, pouco mais de um mês antes do suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto.
6. O general João Baptista de Oliveira Figueiredo deixou o governo em 15 de março de 1985, passando o poder a José Sarney (PMDB), eleito vice-presidente na chapa en-

cabeçada por Tancredo Neves (PMDB), que adoeceu no dia da posse e morreu pouco mais de um mês depois, sem ter assumido a presidência. A chapa foi eleita de forma indireta, pelo colégio eleitoral. A TV Naipi foi ao ar em 20 de setembro daquele ano.

7. As duas concessões que não tiveram interferência do governo do Paraná foram as da TV Paraná, que começou a funcionar em Curitiba, em 1960 (dois meses depois da TV Paranaense, a primeira do estado) e TV Coroados, que começou a funcionar em Londrina, em 1963. As duas concessões pertenciam aos Diários e Emissoras Associados, grupo de Assis Chateaubriand, o maior empresário de comunicação do período. Chateaubriand tinha seus próprios canais com o governo federal, ao contrário dos empresários paranaenses, que dependiam da intermediação do governo do Estado.

6. Ibidem, p. 27-28.

7. Ibidem, p. 33-34.

8. Ibidem, p. 34-35.

9. Ibidem, p. 34.

10. Ibidem, p. 35.

11. Ibidem, p. 20-21.

12. Ibidem, p. 40.

13. Ibidem, idem.

14. Ibidem, p. 41.

15. Ibidem, p. 45-46. Sugerimos ler com atenção a nota de rodapé 47 (Ibidem, p. 47).

16. Ibidem, p. 99.

17. Ibidem, p. 100.

18. Ibidem, 99.

19. Ibidem, p. 100-101.

20. *Contra a servidão voluntária* (2013), *Conformismo e resistência* (2014) e *Ideologia da competência* (2014). A estes, podemos acrescentar ainda dois outros livros da autora, editados pela Editora da Fundação Perseu Abramo: *Cidadania cultural* (2006) e *Simulacro e poder* (2006).